

1. Boas-vindas

Reúne, uma vez mais, a comunidade universitária nesta Sala Grande dos Actos, para dar início formal às actividades de um novo ano lectivo. A todos os Professores, investigadores, estudantes e funcionários da Universidade de Coimbra apresento as minhas saudações fraternas, fazendo votos para que o ano que agora começamos preencha as vossas expectativas nos planos pessoal e profissional.

A todos os que, não pertencendo à Universidade de Coimbra, acederam ao meu convite para partilharem connosco este momento, endereço os meus respeitosos cumprimentos, com apreço e agradecimento pelo gesto da vossa presença.

Mas uma palavra de especial carinho deve ser hoje dirigida aos que agora ingressam na nossa comunidade. Vieram de todos os lados atraídos por um nome mítico, pela vontade de se tornarem parte da História, e pelo poderoso apelo que constitui o prestígio dos nossos mestres, a reputação das nossas Faculdades e serviços, a qualidade do nosso apoio social ao estudante e a vantagem relativa que um diploma da Universidade de Coimbra representa no mercado de trabalho.

Ser estudante de Coimbra (leia-se estudante da Universidade de Coimbra) significa ainda ser membro de uma Academia cosmopolita e internacional, partilhar conhecimentos e experiências com estudantes de 56 países de todo o mundo, participar nas actividades da Associação Académica de Coimbra, e de alguma ou algumas das suas dezenas de secções culturais e desportivas ou dos organismos autónomos de teatro, de canto, de música e de dança. Significa ser mais um elo de

uma longa cadeia de gerações que aqui receberam bagagem cultural e capacidade técnica e científica que lhes permitiu estruturar a sua vida, garantir o seu futuro e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Pelo nosso lado, e em nome dos que hoje vos recebem, professores, estudantes e funcionários, tudo faremos para que sintam rapidamente esta Casa como vossa e para que nela encontrem a justificação da vossa escolha e da vossa preferência.

2. Êxitos

Constato com prazer que o esforço desenvolvido pelos nossos professores, estudantes e funcionários teve, uma vez mais, ao longo do último ano, o correspondente reconhecimento público. Não podendo fazer uma referência exhaustiva, peço-vos a todos que se revejam na necessariamente incompleta selecção que preparei:

- Na nomeação do Doutor Amílcar Falcão como *Eminent Scientist of the Year 2006* Europa, pelo prestigiado IRPC – Conselho Internacional para a Promoção da Ciência;
- na eleição do Doutor Duarte Nuno Vieira para Presidente da Associação Internacional de Medicina Legal;
- na atribuição à Doutora Maria Helena da Rocha Pereira da edição de 2006 do Prémio Universidade de Coimbra, pela primeira vez a um membro da nossa Universidade e a uma mulher, bem como do “Prémio Latinidade 2006”, galardão da União Latina, que reúne 35 Estados de língua oficial românica;

- na atribuição da Medalha de Honra L'Oréal para as Mulheres na Ciência 2005 à Doutora Inês Araújo, investigadora do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra;
- na atribuição do “Prémio de Melhor Tese Nacional de Doutoramento 2005” pela Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional à Doutora Marta Oliveira, investigadora do nosso Centro de Engenharia Mecânica;
- na atribuição do Prémio “Personalidade do Ano 2005 na Sociedade da Informação”, pela Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, ao Doutor António Dias Figueiredo;
- na indicação por parte do Senhor Presidente da República, do Doutor Manuel Costa Andrade, para integrar o Conselho Nacional de Magistratura e dos Doutores Manuel Antunes e Pedro Manuel Saraiva, como seus consultores para os assuntos da Saúde e do Ensino Superior, respectivamente;
- Na nomeação do Doutor José Casalta Nabais como membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- Na eleição do Doutor Norberto Pires como Presidente da Sociedade Portuguesa de Robótica.

São também, entre muitos outros, merecedores do nosso reconhecimento e do nosso agradecimento a Doutora Catarina Resende de Oliveira e o Doutor Luís Picado dos Santos, que garantiram a participação da Universidade de Coimbra, respectivamente através do CNC (Centro de Neurociências e Biologia Celular) e do

CIEC (Centro de Investigação em Engenharia Civil), no programa de colaboração científica recentemente iniciado entre o Estado Português e o MIT.

Espero igualmente que venham a ser coroadas de êxito as intervenções qualificadas dos Doutores João Gabriel Silva e Teresa Soares Mendes, e por seu intermédio do DEI (Departamento de Engenharia Informática da FCTUC) e do IPN (Instituto Pedro Nunes), na preparação de protocolos com idêntico significado a serem celebrados com as Universidades Carnegie Mellon e do Texas. No primeiro caso, a cerimónia está já marcada para o próximo dia 27 de Outubro.

A perspectiva que tenho neste momento é a de que faremos o pleno, participando nos três Programas de colaboração internacional lançados pelo Governo. Sabemos também que a nossa participação se fica a dever, em alguns casos, à insistente pressão dos nossos parceiros do MIT, de Carnegie Mellon e de Austin, o que simultaneamente nos envaidece e preocupa. Nada nos é oferecido sem esforço, mas quando vamos à luta, nada nos pode ser negado.

Refiro ainda com prazer os êxitos alcançados por vários dos nossos investigadores da área das ciências da visão, com resultados que nos colocam já num patamar de grande visibilidade mundial e de cujo trabalho ainda muito se espera. Ao Doutor Cunha Vaz, que proferirá hoje a oração de sapiência, líder científico reconhecido dessa numerosa e competente equipa, dirijo, em nome de toda a Universidade, uma palavra de muito apreço e de agradecimento.

É-me igualmente grato referir o resultado do processo de reequipamento científico financiado pela FCT, no qual participaram alguns dos mais dinâmicos Professores e centros da nossa Universidade e que está praticamente concluído, tendo-se saldado pela aquisição de equipamento de grande porte, no valor global de 9 milhões de euros, dos quais 430 000 estão a ser assegurados pelo nosso Fundo de Investimento. Não podendo referir todas as suas componentes, falarei apenas do projecto Milipeia, que acaba de dotar a Universidade de Coimbra com o mais poderoso cluster de cálculo científico existente no País, constituído por 528 núcleos de processamento, perfazendo uma memória total de 1,056 TB e uma capacidade de armazenamento de 5 TB. Este projecto, desenvolvido no âmbito do 3 I's, corresponde a um montante global de financiamento de 620 000 euros e representa a conjugação de esforços de seis das nossas unidades de investigação.

A recentragem da Universidade de Coimbra sobre as actividades de investigação científica está, aliás, igualmente patente em vários outros indicadores. Nos últimos quatro anos, a percentagem de diplomados de PG, Mestrado e Doutoramento subiu de 10% para 24% do total de diplomados. No mesmo período, o número de alunos de doutoramento aumentou quase dez vezes. São números que impressionam e que não se repetirão com facilidade. Eles representam os primeiros sinais de êxito de uma estratégia assente na exigência e na qualidade, que está a alterar significativamente a composição orgânica da Academia e que é essencial que prossiga, se queremos garantir que haja, no futuro, em Portugal, Universidades que não se restrinjam ao primeiro ciclo.

Quanto ao número de estudantes de licenciatura ele estabilizou, no ano lectivo que agora termina, à volta dos 18 200, esperando-se que em 2006/2007 não haja variação sensível deste valor.

3. Quadro actual

Senhoras e Senhores,

O quadro em que as Universidades públicas portuguesas desenvolvem as suas actividades é actualmente dominado por três vectores fundamentais.

A nível pedagógico, pela adequação dos vários cursos às regras impostas pela Lei 42/2005 de 22 de Fevereiro e legislação complementar, no âmbito do chamado processo de Bolonha. A nível institucional, pela anunciada profunda alteração de modelo organizacional que se seguirá à divulgação, prevista para Dezembro, do Relatório de avaliação ao sistema, encomendado pelo Governo à OCDE, e que se prevê vir a incluir uma nova Lei de Autonomia e um novo Estatuto de Carreira Docente. A nível orçamental, por força da definição pela Assembleia da República da consolidação das finanças públicas como primeiro dos quatro Eixos Prioritários das Grandes Opções do Plano para 2007 (Lei 52/2006 de 1 de Setembro), o que determinou a preparação de um Orçamento para 2007 com restrições e cortes sem precedentes nas últimas dezenas de anos. Procurarei referir-me sucintamente a cada um destes pontos e situar a Universidade de Coimbra relativamente ao quadro de referência que eles determinam.

4. Coimbra à hora de Bolonha

O primeiro desígnio da Declaração de Bolonha é a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, que se pretende aberto à mobilidade e à empregabilidade e se deseja assente no valor inquestionável da qualidade do ensino e da investigação.

No país que é Portugal, a Declaração de Bolonha adquire, no entanto, um contorno muito particular. Os historiadores que, no próximo século, se debruçarem sobre o Processo de Bolonha espantar-se-ão sem dúvida com as diferenças regionais que a sua implementação revelará.

A diversidade dos “metabolismos” universitários explica em parte a falta de sincronia na apresentação dos programas e dos cursos reformulados. As limitações, insuficiências e lacunas do DL que o regulamenta atiram, também, para a decisão de cada um, ao contrário do que foi feito em Espanha, questões centrais como as da designação e duração dos cursos.

Mas não só. Depois de um primeiro período onde as “injunções” de Bolonha foram ferozmente – e às vezes cegamente – combatidas, pudemos assistir, nos primeiros meses do ano, a uma corrente inversa de adesão frenética aos critérios europeus, na grande maioria das nossas universidades. Os novos programas “bolonhizados” foram sendo preparados em noites de actividade febril, em que a imaginação teve que substituir a informação inexistente, a não ser para alguns, sobre os termos finais de uma Lei que, como é sabido, precisou de uma mudança na Presidência da República para ser promulgada e só foi publicada e difundida a 5 dias do final do período definido para a apresentação das propostas de adequação.

E toda esta azáfama apenas porque, de repente, ali estava mais uma possibilidade de mostrar que cada um vai à frente do outro. Tal é a avidez competitiva, que se inventam campeonatos que não existem só para poder tentar vencê-los. Ser campeão de Bolonha foi, durante 2006, o objectivo de uma parte dos universitários, que deveriam parar para pensar sobre os estímulos a que estão a reagir e sobre a desvalorização da sua própria posição e responsabilidade que estas atitudes representam.

Entretanto, o Ministro que em várias ocasiões tinha afirmado não haver motivo para pressas e que o único compromisso era o de 2010, interpelado sobre a impossibilidade de preparar em tão poucos dias a adequação de tantos cursos, respondeu que alguns tinham feito o trabalho de casa, e outros não. Para quem demorou tanto tempo a fazer apenas parte do que lhe competia, não terá sido esse o seu melhor momento.

Coimbra, por certos lados da sua personalidade tão ligada à tradição, mostrou que sabe encabeçar subversões mais radicais quando bate a hora da decisão. A sabedoria histórica ensinou-nos a diferença entre liderança e precipitação, garantindo assim o sucesso a longo termo de uma política universitária e científica que privilegia a qualidade e não embarca em aventuras que a podem pôr em causa. Ir à frente em Bolonha é compreender a exigência para que ela nos convoca, evitar os meros retoques de cosmética e preparar as reformas com seriedade.

Por essa razão, entendeu o Senado da Universidade de Coimbra iniciar a aplicação generalizada deste processo no ano lectivo de 2007-2008, autorizando excepções a esta regra apenas nos casos em que garantidamente se conseguiu consenso nacional com as restantes instituições de referência. Às Faculdades foi atribuída a responsabilidade de prosseguir o trabalho de adequação já iniciado. Aos Conselhos Científicos tiveram acesso representantes dos estudantes, que puderam dessa forma acompanhar, como nos Conselhos Directivos e Pedagógicos onde têm assento e direito de voto, todas as instâncias de decisão.

Esta aposta está a ser ganha. O resultado das candidaturas para a entrada no ensino superior veio mostrar que as famílias e os jovens de Portugal têm mais bom-senso do que os campeões de Bolonha. A precipitação não compensou. Quanto à preparação da adequação dos nossos cursos, o Senado iniciou em 11 de Outubro uma maratona de reuniões que se há-se prolongar até 10 de Novembro e que culmina um ano de intenso trabalho nas Faculdades. Espero que, até 15 de Novembro, seja possível enviar à Direcção-Geral de Ensino Superior, a totalidade das nossas propostas.

Entretanto, e na ausência de definições nacionais sobre a matéria, apresentei ao Senado no passado dia 11, e espero que possa ser aprovado na reunião que hoje mesmo se realiza, um quadro de garantias que visa assegurar aos nossos estudantes uma adaptação serena aos novos planos de estudo sem atrasos no percurso escolar, bem como o acesso garantido a segundos ciclos, e a limitação das respectivas propinas a valores iguais aos da licenciatura. O Senado alertará igualmente o Governo para a necessidade urgente de alterar o dispositivo legal que impede os

estudantes de mestrado e de doutoramento de acederem a Bolsas de Estudo da Acção Social Escolar.

5. Organização do sistema

Alguns universitários e diversos governantes, por vezes também ex-governantes, na louvável tentativa de redimir antigas omissões ou lamentáveis decisões - o provérbio “mais vale tarde do que nunca” não se devia aplicar aqui -, têm falado sobre a necessidade de introduzir alterações profundas ao sistema, e nomeadamente à actual forma de governo das Universidades. Ainda recentemente, em 19 de Julho, o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmou, na Assembleia da República, que a actual fórmula jurídica estava esgotada e que o Governo apresentaria em breve propostas legislativas nesta matéria. Prevê-se para Janeiro de 2007 o lançamento do processo legislativo que há-de conduzir à alteração da Lei de Autonomia das Universidades e do Estatuto da Carreira Docente. É verdade que não é a primeira vez que se fala na iminência destas reformas. Mas creio haver razões para pensar que a sua concretização é agora mais provável e mais credível a intenção de mudar.

Vamos por partes. São mais credíveis as intenções de mudança porque as reformas estão a passar por vários outros sectores da sociedade portuguesa. Por outro lado, as Universidades são hoje bastante menos diabolizadas pelo Governo do que o foram num passado recente. Porque assim é, reformar a Universidade não surge, hoje, como uma punição para um mau desempenho, como uma operação cirúrgica que liberta o organismo em tudo o resto são, de um tumor que o consome, mas apenas como a evolução normal de um sistema que, trinta anos após a revolução e

assimilados os seus principais contributos de liberdade e de participação, se adapta naturalmente às exigências do século XXI. São portanto também melhores as condições subjectivas para a mudança.

Mas mudança para onde ou para quê? É cada vez mais evidente que a nossa rede de instituições de ensino superior está sobre-dimensionada e desarticulada. E que, na ausência de uma definição inteligível de atribuições e de competências das suas várias componentes, imposta pelo Governo ou acordada entre elas, a situação se encaminha para a ruptura. Alertei para o esbanjamento de recursos e, ainda mais grave, para o abaixamento de qualidade provocadas pela sub-regulação do sector. Dei exemplos e apresentei argumentos que não foram rebatidos, nem poderiam sê-lo.

Antecipando as conclusões do estudo que encomendou, o Ministro refere agora sem rodeios a necessidade de aproximação, fusão ou integração de instituições. Reitero a minha sugestão de que sejam criadas “Regiões Académicas”, num quadro institucional e financeiro que favoreça a complementaridade numa base de proximidade regional, permita evitar o desperdício e propicie a partilha de recursos.

6. Autonomia e Governo das Universidades

Igualmente se espera da OCDE que produza uma reflexão crítica sobre a forma de Governo das Universidades. Fala-se em alargar o leque de opções organizativas, e refere-se com insistência o modelo fundacional, como forma de evitar os actuais constrangimentos jurídico-administrativos e o braço longo do Ministério das Finanças, que tanto têm limitado a autonomia universitária.

Entendo que devemos entrar nesta discussão sem ideias pré-concebidas, definindo, à partida, o que pretendemos alcançar, analisando cuidadosamente todas as possibilidades, estudando os diferentes cenários que cada uma delas autoriza e avaliando as vantagens e os inconvenientes de cada uma das possíveis soluções.

Relativamente às opções que teremos que tomar nesta matéria, defendo a adopção da solução que melhor permita garantir os seguintes objectivos fundamentais:

- Defender a Escola Pública, casa de cultura e de formação de cidadãos livres, inclusiva, pilar do estado democrático;
- Consolidar a autonomia, no quadro de uma clara definição da missão das instituições e de uma inequívoca assumpção das responsabilidades do Estado;
- Melhorar a gestão participada, evitando soluções de representação corporativa e tendo em conta a evolução recente da composição orgânica da comunidade universitária;
- Aumentar a eficiência dos processos de decisão e a responsabilização dos decisores.

7. Orçamento

Em matéria de Orçamento, não tenho o hábito de lamentar publicamente a escassez de recursos que são transferidos pelo Estado. Embora me empenhe, com toda a força das minhas convicções, na exigência de um tratamento adequado para a Universidade de Coimbra, entendo que a exposição miserabilista de dificuldades, muito embora pudesse ajudar a justificar um ou outro objectivo pessoal menos bem

conseguido, não só não resolveria nenhum problema à Instituição, como ainda prejudicaria a sua imagem e o seu desempenho. Esta opção não me inibe de criticar políticas, e é o que procuro fazer, uma vez mais, no local indicado.

A profundidade do anunciado sub-financiamento das Universidades para 2007, a níveis nunca vistos nas últimas dezenas de anos, impeliu-me a apresentar ao Senado uma moção em que se critica essa decisão, aprovada por unanimidade na sessão do passado dia 27 de Setembro, e da qual aqui exponho o fundamental.

As Universidades têm contribuído responsabilmente para o equilíbrio das despesas públicas. A experiência que vivemos neste campo desde 1994, salda-se pelo cumprimento escrupuloso, pelo lado das Universidades, das dotações orçamentais que lhes têm sido atribuídas pelo Governo, e pelo incumprimento, sem escrúpulos, por parte do Governo, dos compromissos ou expectativas que foi criando às Universidades: como o compromisso de convergência para um Orçamento-Padrão, do qual fomos progressivamente divergindo; como o compromisso de transferência autónoma e complementar de verbas para os aumentos salariais, o que só ocasionalmente foi feito; como o compromisso de pagar as propinas de mestrado e de doutoramento dos docentes de carreira, coisa que nunca aconteceu; como o compromisso de financiar o funcionamento através de uma fórmula, que foi profundamente alterada cinco vezes nos últimos cinco anos, ao sabor do montante global disponível; como o compromisso de não interferir na gestão das receitas próprias das Universidades, entretanto cobiçadas, retidas, cativadas, em operações de duvidosa legalidade, ao sabor das necessidades das Finanças ou dos buracos-negros em que se transformaram alguns dos sectores da administração; esta mesma

atitude de vir buscar o que, pelo menos no plano moral, não lhe pertence, se concretizará com novo requinte em 2007, através do dispositivo incluído na proposta de Lei do Orçamento apresentada há dias na Assembleia da República, que prevê a mobilização dos nossos saldos de gerência para pagar 7.5% de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

É possível demonstrar que não existem actualmente mecanismos legais que permitam a algumas Universidades e Politécnicos encaixar as reduções nominais de 5% a 7.5% previstas na proposta de orçamento para 2007 relativamente ao orçamento transferido em 2006. A via do recurso a financiamentos comunitários está prejudicada pela dificuldade acrescida de ter disponível a correspondente contrapartida nacional. Assim sendo, e porque nos parece igualmente irrealizável um aumento significativo de Receitas Próprias em contexto de fraco crescimento económico, apenas duas opções são possíveis: ou o acesso a financiamentos complementares concursados do Estado ou o incumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

Procurando encontrar financiamentos alternativos, o CRUP já apresentou no Ministério e na Assembleia da República um conjunto de propostas que visam, por um lado, atribuir às Universidades por via do orçamento para a ciência, parte das despesas que têm com as actividades de investigação científica, em função da quantidade e qualidade do trabalho que desenvolvem, e por outro, permitir às Universidades do interior e das Regiões Autónomas que continuem a desempenhar o papel de centros de produção e difusão de cultura e de ciência, no quadro de uma

política de desenvolvimento regional sustentável. A resposta a estas propostas dará uma indicação clara das intenções do Governo.

Seja como for, considero um erro que as Universidades não tenham sido preservadas do anunciado cenário de restrições orçamentais generalizadas. Não porque devam estar acima dos restantes sectores do Estado, ou resguardadas do esforço colectivo nacional de equilíbrio das contas públicas, mas porque o relançamento sustentado da economia, a abertura de vias de progresso e a criação de riqueza, só poderão concretizar-se com um sistema científico forte e com cidadãos qualificados. Estrangular as Universidades, que são responsáveis por essa qualificação, que sediam as actividades de investigação científica e financiam, em larguíssima medida, as suas despesas de pessoal e de funcionamento, é adiar o desenvolvimento económico do País, é definhar o sector que nos há-de fazer sair da crise, é matar a galinha dos ovos de ouro.

Não sendo, seguramente, isso que se pretende, tanto mais que se anunciam aumentos significativos para a área da ciência, parte dos quais, 63 milhões de euros, são retirados ao sistema de Ensino Superior, a proposta de Orçamento de Estado para as Universidades em 2007 não pode ser entendida como o resultado inevitável de uma conjuntura orçamental adversa, mas antes a concretização de uma intenção política que, ao sub-financiar as instituições, procura separar o trigo do joio, retendo o que é consistente, as sementes das quais há-de sair uma nova colheita, e deixando as folhas à mercê da insustentável leveza do seu ser.

A estratégia não é nova (desenha-se, pelo menos, desde a publicação da Lei de Financiamento, em Agosto de 2003) e é arriscada porque, em resultado de uma política pública assumidamente minimalista, a fronteira pode vir a passar onde não deve. Está, igualmente, por demonstrar, que seja possível manter à margem a manifestação dos interesses locais ou regionais, que ainda há três anos desvirtuaram na Assembleia da República a lógica do orçamento por fórmula; e que seja possível evitar a intervenção de grupos de pressão, ou a sobreposição de interesses de corpo. O mais provável é que venham ao de cima os brandos costumes. Mas se, com mais ou menos interferências ou distorções, com um ou outro retoque para esbater o seu carácter implacável, esta orientação prevalecer, então o momento da verdade pode estar próximo. Os que sobreviverem terão melhores condições de trabalho. Os outros serão integrados, fundidos ou extintos.

Porque tenho consciência desta realidade, quero dizer-vos que, apesar das dificuldades que se antevêm, a Universidade de Coimbra não pode nem vai abrandar o esforço de investimento que tem prosseguido; não pode nem vai interromper os inúmeros projectos de modernização em que está envolvida, dos quais destaco a construção de infra-estruturas, a aquisição de equipamento didáctico e científico, a acreditação internacional dos serviços administrativos, a criação do portal do colaborador, a introdução da contabilidade analítica, a consolidação de contas, a gestão documental, o fortalecimento de laços com os antigos estudantes, a certificação pedagógica de licenciaturas, o combate ao insucesso escolar, o Campus Virtual, o aumento da mobilidade de professores e estudantes, a criação de infraestruturas de teleconferência, a avaliação institucional pela EUA. A Universidade não vai deixar de organizar os Colóquios de Outono

(este ano em 21 e 22 de Novembro, sobre “Cultura e Comunicação Social”), nem vai deixar de conceder o Prémio “Universidade de Coimbra”, já na sua quarta edição, que está a ser replicado por uma outra grande Universidade, o que confirma que, mais uma vez, fomos pioneiros na adopção de boas medidas. Nem vai deixar cair a sua Semana Cultural, que conquistou o estatuto de mais completa iniciativa cultural do nosso País. A próxima decorrerá de 1 a 10 de Março de 2007, dedicada ao “Ambiente e Direitos Humanos no Ano Internacional do Sol”. Nem vai deixar de investir no TAGV, que continua com um notável nível desempenho, ou no Estádio Universitário. Não vai encerrar o Infantário nem o Jardim Infantil.

A Universidade não pode nem vai prescindir dos serviços que lhe têm garantido o êxito na prossecução desta política: os Serviços e Estabelecimentos de linha, profundamente reestruturados em 2003, mas também o GAI (Gabinete de Auditoria Interna), o GATS (Gabinete para as Transferências do Saber), o GCI (Gabinete de Comunicação e Identidade), o COEL (Centro de Orientação e Emprego para Licenciados), o GMPG (Gabinete de Mobilidade Pós-Graduada ontem mesmo inaugurado), o GNI (Gabinete para as Novas Instalações), o GIADE (Gabinete Interuniversitário de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico), o GCU (Gabinete de Candidatura à UNESCO), o SIIBUC (Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra).

Quero, igualmente, deixar claro que não considero a via dos despedimentos generalizados, uma opção a seguir para equilibrar o orçamento. Antes pelo contrário, mais facilmente tem sido possível equilibrá-lo nos últimos anos, pela via do aumento da receita, através de contratações judiciosas. O Director Executivo do

GATS, por exemplo, angaria 5 vezes mais receita do que aquilo que custa à Universidade. Bastará que 3 estudantes escolham a Universidade de Coimbra em consequência da intensa actividade de comunicação e recrutamento que o GCI desenvolve, para que essa actividade seja totalmente auto-financiada. A contratação da empresa que fiscaliza as nossas obras, a trabalhar para o GNI, poupa-nos todos os anos dez vezes mais do que custa. Embora não seja possível estender, pelo menos com a mesma objectividade, este raciocínio a todas as áreas, é possível concluir com generalidade que recursos humanos competentes são sempre uma mais-valia preciosa. Estas afirmações não autorizam interpretações facilitistas ou demagógicas, antes impõem uma selecção criteriosa de recursos humanos em função das necessidades e uma política selectiva e exigente de recrutamento do nosso pessoal docente e não-docente.

Ajudará, certamente, ao nosso desempenho, a nova postura que tenho visto surgir em toda a Universidade, dos que evitam refugiar-se no discurso miserabilista da falta de apoios para justificar a inacção, antes afirmando uma forte vontade de marcar presença, de recuperar espaço perdido, de preparar concursos, de ir a jogo, atitude que tenho procurado incentivar. Sendo agora necessário encontrar alternativas a financiamentos outrora garantidos sem esforço, esta nova atitude, uma vez assumida, difundida e rotinada, constituirá uma importante ferramenta cuja posse confere a esta Universidade uma imbatível vantagem relativa.

Em 2005, os cerca de 1000 Doutores da Universidade obtiveram, em projectos de investigação, uma receita em regime de financiamento por concurso de 19.3 milhões de euros. No mesmo período, os cerca de 20 dirigentes da Reitoria,

Administração e Faculdades obtiveram, em projectos institucionais sujeitos a concurso, 17 milhões de euros de receita. Cada Doutor angariou, em média, 19.300 euros de receita aberta, enquanto cada dirigente angariou, em média, 850.000 euros, ou seja, 44 vezes mais. Embora não seja possível igualar estes valores, a generalização de boas práticas a que atrás aludi, vai permitir esbater a diferença, resultando daí um enorme potencial de crescimento que é obrigatório não desaproveitar.

De resto, a análise dos Relatórios de Contas dos últimos exercícios, e em particular o referente a 2005 que pela primeira vez é consolidado a toda a Universidade, dá-nos uma imagem de estabilidade e grande solidez orçamental, quadro de referência no qual se encontram as soluções para mais este desafio. Governar a Universidade em 2007 vai ser para os dirigentes, na Reitoria, nas Faculdades e nos Serviços, apesar das restrições que nos são impostas, apenas mais um ano de grande rigor e entrega, em que todas as decisões devem ser minuciosamente ponderadas, todas as despesas devidamente avaliadas, todos os desperdícios definitivamente eliminados, alguns momentos intensamente sofridos e por isso mesmo, todas as vitórias, e vão ser muitas, particularmente saborosas.

8. Reacções da imprensa local

Repudio, por isso, em absoluto, os fundamentos e os termos da cruzada da desgraça em que se transformou, para alguma imprensa local, este início de ano lectivo e reflecto sobre os seus efeitos, seguramente involuntários, no momento crítico em

que quarenta mil jovens fazem as suas opções de cursos e de instituições. Três dias depois do Senado da Universidade ter tomado posição pública contra o sub-financiamento do Ensino Superior, que afectará em 2007 todas as instituições, vaticinavam-se, com título de caixa alta em lugar central da primeira página, “Tempos sombrios na UC”, acompanhando o presságio por uma imagem digna de um filme de Jack o estripador. No mesmo dia, tive conhecimento de que a Universidade de Coimbra havia sido seleccionada para celebrar, conjuntamente com outras grandes Universidades portuguesas, o protocolo de cooperação com o MIT. Na mesma semana, aliás, em que o site do suplemento de Ensino Superior do prestigiado jornal londrino *Times* publicava o seu conceituadíssimo ranking mundial de Universidades para o ano de 2006, colocando a UC no primeiro lugar destacado de entre as Universidades portuguesas, igualmente no primeiro lugar das Universidades de Países de língua portuguesa e no quinto lugar das Universidades Ibéricas. Em Itália há duas à nossa frente, na Finlândia uma, na Índia três, na China sete. Tempos sombrios ou tempos auspiciosos? Em que ficamos?

9. Sinais contraditórios

É este o pano de fundo sobre o qual se vai desenrolar o ano lectivo que agora começa. Para completar o cenário, poderá ser interessante acrescentar alguns outros apontamentos avulsos, sinais tantas vezes contraditórios, sobre cuja dialéctica é necessário tentar construir, todos os dias, uma linha de rumo coerente.

Refiro-me, por exemplo, à louvável iniciativa de incentivar os cidadãos com mais de 23 anos a procurar obter um diploma de licenciatura, à menos louvável decisão de não definir com clareza as regras de acesso, e ao aproveitamento abusivo,

descarado, que logo algumas instituições fizeram desta omissão, admitindo nos seus cursos estudantes sem preparação, previamente instruídos na secretaria de que o exame de ingresso seria um mero pró-forma. Ao autorizar estas situações, o Estado está a desacreditar uma iniciativa potencialmente meritória que ele próprio lançou, está a financiar o oportunismo e a retirar apoios às instituições sérias. Formação ou negócio? Em que ficamos?

Refiro-me igualmente à Lei nº 23/2006 que estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, já profusamente condenada por vários quadrantes de opinião, através de fortes críticas como a que refere “não haver limite para o disparate educativo” ou “que cria hábitos e vícios e corrompe a cidadania”, e atribuindo-lhes a génese à “demagogia dos partidos políticos em relação às suas juventudes”. Creio que esta Lei vem num péssimo momento, em contraponto com as tentativas de racionalizar a administração pública, de limitar os privilégios, de dar um outro rumo à educação. Seriedade ou demagogia? Em que ficamos?

Refiro-me, ainda e uma vez mais, à sub-regulação do ingresso pelo regime geral, que permite a várias Escolas, sobretudo do ensino politécnico, definir critérios de ingresso pouco sérios, fugindo a impor disciplinas indispensáveis mas menos acessíveis, para alargar a sua base de recrutamento. Por exemplo, muitos dos cursos de Engenharia, por esse País fora, não exigem Matemática à entrada enquanto nos nossos se faz, obviamente, essa exigência. Tal discrepância não devia autorizar comparações, que no entanto logo são feitas por jornalistas mais desatentos, retirando do processo conclusões inaceitáveis. Esta mistificação é escandalosa e eu não me respeitaria como Reitor se não alertasse veementemente para ela os jovens,

as famílias e a sociedade. Não se credibiliza um sistema, que se quer baseado na qualidade, na avaliação internacional de cursos e de instituições, quando se permite que se confundam, debaixo de uma mesma designação, níveis habilitacionais tão diferentes. Qualidade ou confusão? Em que ficamos?

Embora não seja fácil competir com armas desiguais, embora a concorrência sub-regulada empurre insidiosamente para a diminuição do grau de exigência, a Universidade de Coimbra continuará a garantir aos que a procuram a qualidade dos diplomas que outorga.

10. Exigência para fora, exigência para dentro

Ao exigir aos nossos estudantes habilitações adequadas à entrada e ao impor-lhes que levem a sério as suas obrigações de percurso, devemos interrogar-nos se estaremos nós próprios, Instituição e profissionais do ensino (docentes e restantes trabalhadores) a fazer tudo o que podemos para lhes proporcionar, nas melhores condições, uma preparação de qualidade. E o grau de exigência a que nos obrigamos, só autoriza uma resposta: ainda não.

Ao reclamar, para fora, a obtenção de melhores condições e de maiores recursos, ao chamar a atenção para a continuada prática de sub-financiamento do sistema público de ensino superior, não podemos deixar de reclamar também para dentro, de cada um de nós e da Instituição como um sistema, uma contribuição séria para eliminar as incongruências do processo educativo e colocar os alunos no centro das nossas preocupações profissionais e institucionais.

Não é este o local nem a ocasião para enumerar um sem-número de pequenos detalhes que é necessário afinar e corrigir nesta matéria. Mas isso não significa que tenha menos presente essa preocupação ou que me vá ocupar menos dela no futuro. O combate ao insucesso escolar deve ser um dos objectivos centrais da Universidade e o profundo exercício de reflexão em que estamos envolvidos no âmbito do processo de Bolonha é a oportunidade para concretizar esse objectivo. Para isso elaborámos já um extenso programa que apresentámos ao Governo, estamos preparados para iniciar a última fase de acreditação dos nossos cursos de licenciatura. Começam, por outro lado, a estar de pé, as ferramentas que nos permitirão avaliar o nosso desempenho como profissionais. Para sermos exigentes com os nossos estudantes, como entendemos que devemos ser, temos de o ser connosco, em primeiro lugar.

11. Objectivos Estratégicos

As linhas de orientação que a cada momento definimos, sempre terão que atender às condições reais em que se desenrola a actividade. A evolução recente do nosso sistema de ensino superior e a falência, figurada e literal, do modelo unitário que na prática se tentou impor ao País, leva-me a supor que se tenderá a curto prazo para uma segmentação da oferta e das instituições pela qualidade. Nesta nova fase, não restarão dúvidas de qual deve ser a posição da Universidade de Coimbra. Enquanto alguns estão fortemente apostados em recrutamentos desqualificados, deitando mão a todas as estratégias, mesmo as mais degradantes, para resistir ao desgaste das estatísticas e para compor os orçamentos, a Universidade de Coimbra deverá assumir sem preconceitos a posição de liderança que lhe é conferida pelos *rankings* internacionais, não só em Portugal como em todo o espaço de língua portuguesa, e

consolidar-se no grupo das grandes Universidades de investigação, impondo-se pela qualidade, pela internacionalização, pela cultura de avaliação a todos os níveis. Não tendo a preocupação de ser exaustivo, enuncio, sem hierarquizar, os seguintes doze objectivos que considero estratégicos:

1. Dotar todas as unidades orgânicas e serviços da Universidade de infra-estruturas e equipamento adequadas às suas necessidades
2. Reforçar o cluster das Ciências da Saúde e da Vida em Coimbra e potenciar o lugar central que a Universidade deve ocupar nesse projecto
3. Reforçar o lugar central das actividades de investigação científica e a componente de formação pós-graduada nomeadamente ao nível dos doutoramentos, incluindo o apoio às unidades e centros de excelência e à interdisciplinaridade.
4. Reorganizar e alargar a oferta educativa, combater o insucesso escolar e melhorar o desempenho de docentes e discentes.
5. Assumir-se como Casa de Cultura e de Cidadania, assegurar aos seus membros o acesso a actividades culturais e desportivas e proporcionar-lhes uma integral formação nestas áreas.
6. Aumentar a atractividade da Universidade, melhorando o apoio social ao estudante e alargando a capacidade de alojamento para estudantes e para professores visitantes.
7. Melhorar a comunicação interna e externa, reforçar a coesão institucional.

8. Valorizar o nosso passado e o papel central desempenhado pela Universidade de Coimbra no mundo, como forma de a consolidar no presente e de a projectar no futuro.
9. Prosseguir a estratégia de abertura ao meio, de formação em empreendedorismo, de apoio à criação de novas empresas e de aproximação ao mundo empresarial e à cidade.
10. Reforçar a internacionalização das nossas actividades.
11. Procurar a qualidade, a formação permanente dos nossos profissionais, avaliar e aferir o nosso desempenho.
12. Aprofundar as modernas metodologias de gestão.

A mobilização da Universidade para a mudança criou uma dinâmica própria que ainda há pouca teria sido considerado impossível. Das centenas de acções actualmente em curso, seleccionadas em função da maior ou menor contribuição de cada uma para a concretização de pelo menos um dos objectivos traçados, vale a pena referir aquelas que vão marcar muito particularmente a vida e a visibilidade da Universidade nos próximos anos. Situado dentro deste grupo:

- O Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade, conhecido de todos nas suas linhas gerais e que espero possa vir a ter um novo e definitivo arranque no Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013.

- O Centro de Competência aprovado pela Agência de Inovação (AdI) em Cuidados de Saúde e Soluções Médicas –“Health Care and Medical Solutions”- com liderança da UC através do IPN e parceria com 31 outras entidades com intervenção qualificada nesta área.
- O Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde, com estatuto de unidade orgânica já aprovado pelo Senado e dotado das necessárias infra-estruturas e equipamento.
- A Rede Nacional de Imagiologia Cerebral Funcional, com sede em Coimbra, no CTNAS, em parceria com as Universidades do Porto, Minho e Aveiro.
- A integração da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra como unidade orgânica da Universidade, já aprovada pelo Senado, que permite alargar a nossa comunidade de saberes na área da saúde.
- O BIOMED III, apenas esquiçado, que permitirá dotar o Pólo III de uma unidade central de investigação em Biomedicina e Ciências da Saúde da Fac de Medicina, agrupando as actividades do AIBILI, CNC, do CIMAGO – Centro de Investigação em Meio Ambiente, Genética e Oncobiologia, do IIEE – Instituto de Investigação para o Estudo do Envelhecimento, permitindo-lhes uma maior colaboração em áreas de natureza interdisciplinar.

- A instalação provisória do CNC no actual edifício da Faculdade de Medicina, criando melhores condições de trabalho a um dos nossos mais prestigiados centros de investigação.
- A instalação do CES e do CD 25 de Abril no Colégio da Graça, melhorando as condições de trabalho a outra das nossas unidades de excelência.
- A atribuição anual de dez bolsas de doutoramento e o financiamento de oito projectos de investigação, ambos com verbas do Fundo de Investimento, e concretizados através do 3 I's.
- A criação do Colégio das Artes, uma nova unidade orgânica já aprovada pelo Senado, que desenvolverá a sua acção formativa ao nível pós-graduado em áreas artísticas interdisciplinares, e contribuirá para a afirmação de Coimbra como cidade de juventude e de contemporaneidade.
- A criação do Fundo de Apoio Social ao Estudante que está a permitir concretizar um sistema de acção social que, embora ainda insuficiente por padrões europeus, é já sem dúvida o mais completo em termos nacionais.
- A Instalação da Imprensa da Universidade no seu antigo edifício na Rua da Ilha, e a reafecção do espaço devoluto na Rua Antero de Quental para uma nova Residência a funcionar, previsivelmente, no âmbito da cooperativa de estudantes.

- A construção de duas novas Residências, uma no Observatório Astronómico, fundamentalmente destinada a professores visitantes, com 13 apartamentos e outra, no Pólo III, composta por 24 unidades residenciais, tendo cada uma seis quartos duplos, num total de 288 camas.
- A preparação no Pólo II de um programa residencial ainda mais ambicioso, com recurso a parcerias privadas, que passará pela construção de uma residência de estudantes com 375 camas, e um parque residencial de várias dezenas de apartamentos de baixa tipologia (T0, T1 e T2).
- O apenas esboçado projecto do Museu da Universidade, valorizando a sua história e dando a conhecer alguns dos tesouros bibliográficos e artísticos que compõem o seu património.
- A criação e instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu, experiência inovadora de formação em ambiente de exercício da profissão.
- A preparação de um vasto programa de combate ao insucesso escolar, apresentado à DGES para financiamento.
- A criação do Centro de Mobilidade Pós-Graduada, ontem mesmo inaugurado, especialmente vocacionado para a resolução de problemas que afectam os estudantes de Pós-Graduação, quer os que saem quer os que entram.

- A criação pelo Senado de um Fundo para Bolsas de Mobilidade, que permitiu aumentar em cerca de 20% o número dos nossos estudantes que adquirem experiência de mobilidade internacional.
- A avaliação institucional que solicitámos à EUA – Associação das Universidades Europeias, sendo o nosso primeiro relatório produzido até ao final deste mês, e estando a primeira visita da comissão de avaliação agendada para os dias 12, 13 e 14 de Dezembro.
- O projecto Campus Virtual que dotou toda a Universidade de acesso sem fios à rede e criou as ferramentas informáticas que permitem disponibilizar conteúdos e a plataforma web para apoio ao ensino presencial.
- A Rede de Antigos Alunos da UC, criada há cerca de quatro meses, que irá ter dois mil aderentes no dia marcado para comemorar a entrada do milésimo.
- A profissionalização dos serviços, a certificação do sistema de gestão de qualidade em todos os serviços de linha, a extensão desse sistema a todos os serviços de interface com as Faculdades.
- A adopção de uma plataforma de gestão integrada de recursos humanos e financeiros.
- A criação do Portal do colaborador.

Todos estes objectivos se entrecruzam e complementam. Algumas acções servem vários deles. O essencial é definir o rumo e manter a passada. Com a consciência de que cada nova vitória abre novos desafios, de que o fim do caminho é uma coisa que não existe, de que a completude é uma sensação que não é permitida às Universidades.

13. Notas Finais

Senhoras e Senhores,

Tantas coisas ficam sempre por dizer, mas não quero alongar-me muito mais. Até porque alguns números do nosso desempenho poderão ser encontrados na brochura “UC em Números”, anualmente produzida pela Administração, disponível hoje mesmo na sua segunda edição. Na “ Rua Larga”, que hoje dá à estampa o volume 14º, com uma tiragem aumentada e uma rede de vendas expandida, podem encontrar uma selecção trimestral de informações, opiniões e actividades. Na Agenda Cultural, outra aposta ganha, encontrarão informação bimestral estabilizada numa centena de eventos distribuídos pelas suas sete secções. Mas a página da Universidade, que aliás dá acesso ao conteúdo de cada uma delas é, por excelência, a melhor via de obtenção de informação corrente e o mais completo repositório de respostas às perguntas frequentes. Com os seus 80 milhões de visitantes em 2005, 10 milhões dos quais a crédito da nossa actual campeã – a página ECTS, continua a dar-nos uma fantástica visibilidade, justificando, aliás, a profunda revisão prevista para a primeira metade de 2007.

Deixo-vos com uma informação, com uma sugestão, com um convite, com um agradecimento e com um desafio.

A informação: a partir de 30 de Outubro próximo, a Universidade de Coimbra vai desdobrar-se efectivamente em três Pólos, com a entrada em funcionamento do edifício da Sub-unidade 1 da Faculdade de Medicina. Pela mesma altura deve entrar igualmente ao serviço o novo Restaurante universitário. No início do ano lectivo 2007/2008, os Professores, estudantes e funcionários de Medicina terão já a companhia dos seus colegas de Farmácia e poderão utilizar em conjunto a nova Biblioteca. Quero felicitar estas duas Faculdades e os seus membros, agradecendo-lhes, nas pessoas dos respectivos Presidentes, o espírito de colaboração e bom entendimento que sempre manifestaram para com a Reitoria, e que está a tornar possível a concretização deste grande objectivo.

A sugestão: não deixem de visitar a exposição “A Alta entre Vistas”, inaugurada no passado dia 22 de Setembro na presença do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Senhor Presidente da Câmara, e que estará aberta ao público na Galeria do Departamento de Antropologia até ao próximo dia 9 de Novembro. Aí poderão apreciar nove dos projectos que estão a ser preparados para mudar a face à nossa Alta, no âmbito da candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, o mais ambicioso e transversal dos projectos em que estamos envolvidos, Universidade e Câmara Municipal, com apresentação final prevista para Outubro de 2008.

O convite: para a abertura ao público do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, marcada para o dia em que se comemora o primeiro centenário do nascimento do professor, cientista, divulgador da ciência e poeta Rómulo de

Carvalho. Conto convosco no próximo dia 24 de Novembro, pelas 17 horas, no Laboratório Chímico.

O agradecimento: dentro de poucos meses terminará o mandato de Reitor para que fui eleito em Janeiro de 2003. Quero dizer-vos que nestes quatro anos passei os mais difíceis e os mais exaltantes momentos da minha vida profissional. Quero envolver-vos a todos nos êxitos que alcançámos. E em particular à Senhora e aos Senhores Vice-Reitores (Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e João Carlos Marques), que directamente me acompanham nas cristas e nas cavas desta onda, e aos Senhores Pró-Reitores (Doutores Raimundo Mendes da Silva, João Gouveia Monteiro, Pedro Manuel Saraiva, Fernando Guerra e Francisco Veiga), que tanto ajudaram a tornar possível um impressionante conjunto de realizações; também aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas com quem tive o privilégio de partilhar bons momentos de trabalho e de quem sempre recebi a melhor colaboração; igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Senhores Directores e responsáveis de serviços. Agradeço-vos a todos, por mais este ano de exemplar dedicação à Universidade.

Quero agradecer aos que me apoiaram incondicionalmente nas circunstâncias mais difíceis, quando não era ainda possível adivinhar o desfecho das coisas, orientados apenas por convicções e princípios. Mas quero agradecer também aos que, de boa fé, me criticaram, que me permitiram conhecer melhor as minhas limitações como Homem e como Reitor e me ajudaram, desse modo, a fazer o meu trabalho para

bem da Instituição que servimos. Comigo, fica apenas o que conquistei: o ter cumprido, pelo menos, a promessa que vos fiz, recorrendo a Fernando Pessoa, no final do meu discurso de tomada de posse.

Ser todo em cada coisa.

Pôr quanto sou no mínimo que faço.

Fazer viver alta, a lua toda que em cada lago brilha.

E finalmente o desafio: acreditarmos nas capacidades das mulheres e dos homens que constituem esta Universidade, na vontade e na determinação dos seus docentes e investigadores, estudantes e funcionários, no empenho de que de todos tenho recebido provas, para a fazer trilhar os caminhos do futuro.

E é com este sinal de esperança que me dirijo de novo, e para terminar, aos que agora ingressam pela primeira vez na Universidade de Coimbra, aos colegas da minha filha caloirá, inebriados de uma profunda e merecida alegria, todos os dias patente nas ruas, de ver realizado o sonho, de poder afirmar o orgulho que o resultado do seu esforço legitimamente autoriza.

Quero dizer-vos que o vosso futuro não é o caos. Caos é o futuro dos derrotados da vida, dos que deixaram de acreditar nas suas capacidades, dos que não têm a vossa determinação inabalável de trabalhar e de vencer, dos que fingem não acreditar na vantagem relativa que representa hoje ser-se graduado por esta grande Universidade, e na importância das vossas contribuições construtivas para a tornar cada vez melhor. O vosso futuro não está pré-definido nas estrelas nem pode ser escrutinado por interpretação das entranhas de um animal sacrificial. O vosso

futuro, talvez possa ser essa a primeira lição de um jovem universitário, o vosso futuro está nas vossas mãos e será aquilo que vocês quiserem e puderem responsabilmente fazer dele. E nós estamos aqui, e nós existimos profissionalmente, para vos ajudar a construí-lo.

14. Epílogo

Termino servindo-me das palavras que proferi na presença do Senhor Presidente da República, em cerimónia de encerramento do II Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica, iniciativa da Universidade de Coimbra e organização conjunta das três Universidades da região e do Conselho Empresarial do Centro.

Num país como o nosso, o futuro está cheio de oportunidades, mas elas só serão aproveitadas como tal, se as soubermos identificar e desenvolver. E esta evidência é aplicável a pessoas, a instituições e a países. Nunca iremos a tempo de evitar os erros de ontem. Mas o que o futuro tem de melhor é que, para quem o quer merecer, ele começa todos os dias. Sejam pois selectivos e exigentes. Não dispersemos o investimento com projectos medíocres. Peguemos nos bons exemplos que temos, e repliquemo-los uma vez, outra vez, outra vez ainda. Tomemos todos os dias a decisão acertada. De resto, todos sabemos que não há atalhos para o sucesso. Só se lá chega com honestidade, trabalho e conhecimento. E é para isso que cá estamos todos.

Paço das Escolas, 18 de Outubro de 2006

Fernando Seabra Santos